

Geovana Albuquerque/Agência Saúde-DF



# Vacinação está bem abaixo do previsto

Alguns fatores tem contribuído para que Mato Grosso fique entre os estados que está abaixo da média nacional de vacinação. Segundo dados do Ministério da Saúde, disponíveis nesta quinta-feira (18), 334.360 doses foram destinadas ao Estado. O número de doses aplicadas é de 169.749. Dessas, 118.135 pessoas vacinadas com a primeira dose e 51.614 já receberam a segunda dose. A demora no repasse das doses recebidas e o atraso da vacinação a nível municipal contribuem

PÁG. 6

## AL convoca Gilberto para dar explicações

A Assembleia Legislativa aprovou a convocação do secretário de Estado de Saúde, Gilberto Figueiredo, para dar explicações sobre as ações de combate à pandemia. Ele também deverá apresentar informações sobre a execução do plano de imunização. Mato Grosso passa por seu pior momento desde o início da pandemia.

PÁG. 3

## Pacote de socorro passa fácil

Sem muitas discussões, a Assembleia Legislativa aprovou nesta quarta-feira (17) um pacote de medidas do governo que buscam aliviar a crise econômica e sanitária causada pelo novo coronavírus. Tramitando em regime de urgência, os projetos foram aprovados em primeira votação e devem voltar a ser debatidos na próxima semana, quando está prevista a votação final.

PÁG. 5

## Consumidor pagará 7,50 a mais no gás

Os frequentes reajustes de preços do gás de cozinha realizados pela Petrobras, têm movimentado a cadeia do combustível e causando mudanças no sistema de composição dos preços. Em Mato Grosso, o preço do botijão de gás de 13kg ficou cerca de R\$ 7,50 mais caro para as famílias mato-grossenses. Entre os segmentos da cadeia do combustível, a cobrança do imposto é o fator que o setor mais questiona

PÁG. 7

## Governo já sabia dos riscos da Ferrogrão

O risco jurídico para implementação da Ferrogrão já era conhecido pelo governo federal. Em 2017, foi firmado um compromisso com lideranças indígenas de realizar as audiências públicas necessárias para destravar a obra, mas nada foi feito. Ciente do problema, em dezembro do ano passado o Ministério da Infraestrutura decidiu destinar R\$ 2,2 bilhões para bancar os 'riscos não-gerenciáveis' da Ferrogrão

PÁG. 8

Christiano Antonucci/Secom-MT



## Auxílio emergencial de R\$ 150 atenderá 100 mil famílias pobres

O governador Mauro Mendes (DEM) anunciou na tarde desta terça-feira (16) o pagamento de um auxílio emergencial para as pessoas em situação de extrema pobreza, no valor de R\$ 150. O programa deverá atender cerca de 100 mil famílias. A previsão inicial é que o auxílio seja pago por três meses, por meio de cartões magnéticos. O valor só poderá ser usado na compra de alimentos. Segundo o governo, as famílias beneficiadas têm renda média per capita de R\$ 89

PÁG. 5

## Liminar do STF trava processos para construção da Ferrogrão

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), decidiu nesta segunda-feira (15) suspender a eficácia da Lei nº 13.452/2017, que alterou os limites do Parque Nacional do Jamaxim para permitir a construção da Ferrogrão (EF-170), que deverá ligar Sinop ao porto de Miritituba, no Pará. O ministro também determinou a suspensão dos processos para construção da ferrovia. Sonho antigo dos produtores da região Norte de Mato Grosso, a Ferrogrão era considerada prioridade no planejamento estratégico do governo federal e tinha licitação prevista para o segundo trimestre deste ano, o que já não deve acontecer devido à decisão do STF

PÁG. 4

Ricardo Botelho/Mlnfra





## COLAPSO

Em carta ao presidente, 13 governadores alertam para a falta de medicamentos básicos para atender pacientes graves de covid-19

## Mauro pede socorro a Bolsonaro

Gilberto Leite



## Da redação

Mauro Mendes (DEM) e outros 12 governadores encaminharam na última quinta-feira (18) uma carta ao presidente da República, Jair Bolsonaro, por meio do Fórum Nacional de Governadores, alertando sobre as irregularidades na cadeia de suprimentos dos medicamentos utilizados para tratamento de pacientes com quadros graves de covid-19.

De acordo com os governadores, o agravamento da crise sanitária levou a uma alta expressiva na demanda pelos medicamentos que compõem o chamado 'kit intubação'. Com isso, ao menos 11 medicamentos estão em falta ou em

baixa cobertura (estoque para 0 a 20 dias) em mais de 10 estados.

A situação mais grave descrita na carta é referente aos bloqueadores neuromusculares, anestésicos e sedativos, utilizados na indução e manutenção de tratamento de pacientes intubados. Segundo a carta, esses medicamentos estão em falta ou em baixa cobertura em pelo menos 18 estados.

O Conselho Nacional de Secretários de Saúde (CONASS) tem recebido repetidos relatos sobre atrasos e parcelamentos dos quantitativos que devem ser entregues por força de contratos já firmados pelas secretarias estaduais de Saúde.

A carta ainda expõe a dificuldade de oferta desses medicamentos para aquisição direta pelos hospitais, o que demonstra grave problema de acesso a esses produtos, observado em todo o País, bem como a dificuldade enfrentada pelos órgãos estaduais especializa-

dos para efetuar novas compras.

Os governadores pedem socorro ao presidente para que o governo federal realize compra emergencial dos insumos e, de forma contínua, pelo período mínimo de 60 dias, mantenha a distribuição em quantidades suficientes para atender a demanda em todos os estados.

Outro pedido é que o Conselho de Ministros da Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CMED) autorize, também, a redução de preços de remédios, visando a diminuir as distorções nos valores que estão sendo praticados no mercado.

**ESCASSEZ** – Mais cedo nesta semana, o secretário de Estado de Saúde, Gilberto Figueiredo, relatou em entrevista que a situação dos estoques de medicamentos é crítica em todo o país. Vice-presidente regional do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass), Gilberto diz estar recebendo



Mauro e outros 13 governadores apontam situação crítica dos estoques e pedem que Bolsonaro compre medicamento

alertas de várias regiões sobre a falta de insumos para a intubação de pacientes e repassou essas reclamações ao Ministério da Saúde.

"Empresas e hospitais encontram difi-

culdade de adquirir ou estão encontrando em preços altíssimos. É um problema nacional. Provisionamos, fizemos aquisição, mas se continuar crescendo isto, pode vir a ocorrer [o de-

sabastecimento]. Quando falamos em colapso, não é apenas de leitos, é total, de toda uma cadeia produtiva de tudo que é fornecido para área da Saúde", disse o secretário.

## BARRACO SEM FIM

## PSL Nacional se articula para derrubar Cattani

## Da redação

A guerra pela cadeira deixada por Silvío Fávero na Assembleia Legislativa ainda está longe do fim. Dento do PSL, o 2º suplente Emílio Populo disse ter o aval do presidente nacional do partido, Luciano Bivar, para assumir a vaga de Fávero.

Antes da posse de Gilmar Cattani, Populo havia dado como certa a sua diplomação, tendo em vista que Cattani havia deixado o PSL e se filiado no PRTB.

Documento encaminhado ao Estádio Mato Grosso, em nome de Bivar, o PSL afirma que qualquer pedido administrativo de filiação a

posteriori do Gilberto Cattani não chegou ao conhecimento da direção do partido. O documento também afirma que não encaminhará o pedido de nova filiação de Cattani ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

"Nesse diapasão, o Partido Social Liberal entende que a vaga atual deixada em razão do

falecimento de Silvío Fávero deve ser preenchida pelo Suplente de Deputado Emílio Populo Souza Machado, que atualmente se encontra filiado a esta agremiação partidária. Sendo o que havia para o momento, subscrevemos agradecendo", diz parte do ofício, que falta ser assinado e encaminhado

para o presidente da ALMT, Max Russi (PSB), e para a Procuradoria da Casa.

O procurador-geral da ALMT, Ricardo Riva, sustentou a posse de Cattani, após fazer uma análise jurisprudente do caso, já que seria o primeiro suplente.

"Qualquer tipo de alteração na ordem da

suplência, fica competência exclusiva da Justiça Eleitoral e não cabe o presidente da Assembleia essa decisão. Ele (Populo) teria de entrar com uma ação para impugnar por infidelidade partidária, e aí o Cattani teria direito ao contraditório e ampla defesa", disse Ricardo.

## COMBATE À PANDEMIA

## AL convoca secretário de Saúde para dar explicações

Gilberto Leite

## Da redação

A Assembleia Legislativa de Mato Grosso (ALMT) aprovou a convocação do secretário de Estado de Saúde (SES), Gilberto Figueiredo, para dar explicações sobre as ações de combate à pandemia. O titular da pasta também deverá apresentar informações sobre o plano de imunização contra a covid-19. A convocação é de autoria do deputado estadual e médico sanitário Lúdio Cabral (PT) e foi aprovada durante sessão realizada nesta manhã de quarta-feira, 17 de março.

A visita do secretário ainda não tem data para acontecer e deve dar dor de cabeça ao secretário. Mato Grosso passa por seu pior momento no sistema de saúde desde o início da pandemia. A rede hospitalar está em colapso, com a fila por um leito de UTI (Unidade de Terapia Intensiva) crescendo a cada dia.

Nesta semana, o estado bateu recorde em número de mortes. Na última segunda-feira (15), Mato Grosso registrou 86 óbitos em apenas 24 ho-



Defensor da quarentena rígida, Lúdio deve 'enquadrar' secretário na Assembleia

ras. O número de pacientes em estado grave também é uma preocupação, mesmo com a ampliação dos leitos de UTI, a taxa de ocupação não apresenta redução.

Gilberto deverá enfrentar questionamentos incisivos do deputado petista. Desde que a pandemia começou, Lúdio tem acompanhado sua evolução e fazendo pro-

jeções técnicas no estado. Ele acusa o governo de não tomar as medidas necessárias para frear o avanço da pandemia em Mato Grosso.

Desde janeiro, ele pede o endurecimento das regras de circulação e diz ser urgente a decretação de quarentena obrigatória em todo o estado, para frear o avanço do novo coronavírus.

## VÍTIMA DA COVID

## Fávero recebe homenagem de familiares e deputados

Gilberto Leite

## Da redação

A família do deputado estadual Silvío Fávero (PSL), falecido no último sábado (13), foi homenageada na manhã desta quarta-feira (17), durante sessão na Assembleia Legislativa de Mato Grosso (ALMT). A viúva do deputado, Kátia Fávero, discursou na sessão e narrou os momentos de pavor em que viu o marido lutando pela vida, buscando por ar para respirar.

"Na hora que nós chegamos recebemos a notícia do Barranco que ele sentou na cama, louvada seja a vida dele. Vamos continuar lutando por aquelas pessoas que estão lá fora clamando por leitos. Eu vi o meu marido lutando por ar, mesmo com aparelhos. Vamos nos colocar no lugar daqueles que não tem ar, que estão clamando por saúde, que estão clamando por leitos e façamos o melhor aqui [na ALMT] por aqueles que estão lá fora", pediu a viúva emocionada.

Fávero também foi homenageado pelo 1º secretário da ALMT, Eduardo Botelho (DEM), que o descreveu como



Viúva de Fávero pediu mais consciência da população sobre a pandemia

uma pessoa de grande coração.

"Só quem ficou bastante tempo com ele, sabe da pessoa que ele era. Independente de momentos um pouco nervoso, o que importava era a alegria que ele carregava e o coração grandioso", falou Botelho, encerrando a homenagem com um poema de Cora Coralina.

O presidente da ALMT, Max Russi (PSB), também discursou sobre o colega e relembrou o sepultamento de seu corpo, realizado em Lucas do Rio Verde (334 km de Cuiabá), onde foi vice-prefeito, no domingo (14).

Silvío Fávero ainda foi homenageado pelo filho, Gabriel Fávero, e pelo deputado Doutor João (MDB).

## PARA TUDO

Liminar do ministro Alexandre de Moraes suspende todos os processos envolvendo a construção da ferrovia, por falta de diálogo com indígenas

# STF trava processos da Ferrogrão

Antonio Cruz/Agência Brasil

**Disk Farmácia**  
Ligou. Pediu. Chegou.  
**3648-8888**

FARMÁCIA  
Unimed

Gabriel Soares

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), decidiu na última segunda-feira (15) suspender a eficácia da Lei nº 13.452/2017, que alterou os limites do Parque Nacional do Jamanxim para permitir a construção da Ferrogrão (EF-170), que deverá ligar Sinop ao porto de Miri-tituba, no Pará.

A lei questionada excluiu cerca de 862 hectares da Parque Nacional do Jamanxim e destinou-os aos leitos e às faixas de domínio

da EF-170 e da BR-163. Com isso, ficam suspensos também os processos para construção da ferrovia.

A medida cautelar atende Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) movida pelo Psol. O partido alega que a lei é fruto da conversão da MP 758/2016 e, portanto, inconstitucional. Isso porque a Constituição Federal estabelece que a alteração de uma unidade de conservação ambiental só pode ser feita por meio de lei, com amplo debate e participação da sociedade, o que não é o caso das medidas provisórias. Estas são atos urgentes do presidente da República, que não ensejam qualquer debate público.

"Concedo a medida cautelar pleiteada, ad referendum do Plenário desta Suprema Corte, para suspender a eficácia da Lei 13.452/2017 [...] bem assim dos pro-

cessos relacionados à Ferrogrão, em especial os em trâmite na Agência Nacional dos Transportes Terrestres – ANTT [...], no Ministério da Infraestrutura [...] e no Tribunal de Contas da União [...]", diz a decisão.

No processo, o partido alega que a decisão de mudar os limites do Parque Nacional do Jamanxim afeta diretamente a vida dos povos indígenas da região, contrariando a Constituição.

O argumento do partido foi corroborado pelo Ministério Público Federal (MPF), que também pediu a suspensão cautelar da licitação da Ferrogrão devido ao potencial impacto sobre os 48 territórios de povos indígenas que se encontram no traçado da ferrovia. O MPF cita que o governo chegou a se comprometer com a realização de consultas públicas, mas não o fez.



Liminar de Moraes atende pedido do Psol, que viu risco aos povos indígenas que habitam a região

Sonho antigo dos produtores da região Norte de Mato Grosso, a Ferrogrão tinha licitação prevista para o segundo

trimestre deste ano. Seu projeto visa consolidar o novo corredor ferroviário de exportação pelo Arco Norte, com a

construção de 933 km de trilhos ligando as regiões produtoras de Mato Grosso aos portos do Pará.

## EMERGÊNCIA PANDÊMICA

### Ação pede auxílio de R\$ 1,1 mil

Gabriel Soares

O governo do Estado e a Prefeitura de Cuiabá podem ser obrigados a pagar auxílio emergencial no valor de um salário mínimo, hoje em R\$ 1.100, às pessoas em situação de extrema pobreza em Mato Grosso. O pedido consta em ação protocolada na segunda-feira (15) pelos diretores municipal e estadual do Partido dos Trabalhadores (PT), junto com o deputado Lúdio Cabral, membro da sigla.

Na ação, os petistas afirmam que a crise causada pela pandemia do novo coronavírus aumentou as diferenças sociais já existentes e levou ao aumento da extrema pobreza no Brasil, com mais de 39 milhões de pessoas em situação de miséria. Dados do IBGE apontam que, em Mato Grosso, há hoje 87 mil pessoas em situação de extrema pobreza.

"A título de ilustração, Excelência, em um nível global, cálculos preve-

em um adicional de 115 milhões de pessoas na miséria, no mundo, cuja renda média diária é de até 1,9 dólares, enquanto a fortuna de bilionários cresceu 27%", argumenta na petição inicial.

Diante disso, os petistas afirmam que o Poder Público está sendo omisso sobre a situação crítica vivida por essas pessoas. Além, ainda, que a situação se agrava com a segunda onda da pandemia e a necessidade de novas medidas restritivas, que prejudicam ainda mais a economia, comprometendo a circulação de dinheiro, geração de renda e empregabilidade.

"Resta cristalino o cabimento do presente mandado de injunção in casu, notadamente em razão da inércia dos entes requeridos em editar decreto que garanta o exercício do direito constitucional à cidadania, especialmente no que diz respeito à criação da renda básica de cidadania (Lei 10.835/2004)", diz trecho da ação.

Assim, pedem que a Justiça Estadual conceda liminar para obrigar o governo do Estado e a Prefeitura a efetuarem o pagamento mensal de um salário mínimo à população em situação de extrema pobreza, comprovando o início dos repasses em 15 dias, no máximo.

No mérito, querem que os Executivos estadual e municipal sejam obrigados a criar e executar um programa efetivo de transferência de renda para assegurar a subsistência da população pobre e miserável.

O mandado de injunção foi distribuído ao desembargador Sebastião de Moraes Filho, do Órgão Especial do Tribunal de Justiça de Mato Grosso.

Além de Lúdio, assinam a ação o presidente interino do diretório estadual do PT, Henrique Lopes, e a vereadora Edna Sampaio, representando o diretório municipal.

## CADEIRA BOLSONARISTA

### AL empossa Cattani na vaga deixada por Sílvio Fávero

Da redação

A Assembleia Legislativa de Mato Grosso deu posse na manhã de última quinta-feira (18) ao pecuarista Gilberto Cattani (PSL). Ele assume a vaga deixada por Sílvio Fávero, falecido no último sábado (13), vítima da covid-19.

A posse de Cattani envolve uma confusão jurídica e ainda poderá ser contestada judicialmente, já que o pecuarista deixou o PSL e migrou para o PRTB, voltando ao PSL no começo deste ano. Contudo, seu cadastro na Justiça Eleitoral ainda aponta registro no PRTB.

A situação foi analisada pela procuradoria da Assembleia e a conclusão foi de que a vaga pertence ao primeiro suplente diplomado pela Justiça Eleitoral, independente de ele ter migrado posteriormente para outra sigla.

"Gostaria de agradecer imensamente ao meu partido, o PSL, sem hipocrisia. Sei que tivemos diferenças no passado, mas tudo foi superado e retornamos ao partido. Agradeço imensamente ao Aécio [Rodrigues, presidente PSL-MT], que nos ajudou muito na questão partidária. [...] Gostaria de dizer que estamos alinhados ao partido e estaremos fazendo

com que esse partido seja, de fato, pelos valores que nós acreditamos", disse Cattani.

Bolsonarista de carteirinha, Cattani é integrante do movimento 'Canhota Não' e também defende a não obrigatoriedade da vacinação contra a covid-19. Ele recebeu 11.629 votos nas eleições de 2018, ficando em 42º lugar na colocação geral.



Cattani foi empossado na cadeira do PSL, mas já há articulação no partido para tirá-lo da vaga

## MEDIDAS CAUTELARES

### STF devolve ao TCE o poder de bloquear bens

Marcelo Camargo/Agência Brasil



Na decisão, Fux destaca que poder de decretar medidas cautelares é essencial para o trabalho do TCE

Gabriel Soares

O ministro Luiz Fux, presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), restabeleceu o poder do Tribunal de Contas de Mato Grosso (TCE-MT) para decretar medidas cautelares, incluindo bloqueio de bens e afastamento de servidores. A decisão suspende os efeitos de uma liminar do Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJMT), que tirou esses poderes da Corte de Contas.

No pedido ao STF, o TCE alegou que a proibição do poder de cautela causava grave lesão ao interesse público e à ordem e economia públicas, pois afetava diretamente a possibilidade as atividades de fiscali-

zação e controle da Corte de Contas.

"As medidas cautelares permitem à Corte de Contas salvaguardar o direito tutelado, garantindo a efetividade do controle externo, sendo instrumentos essenciais e intimamente interligados ao tempo e à urgência, notadamente neste período pandêmico, quando alguns gestores públicos têm procedida à má utilização do erário no seu enfrentamento", diz trecho da ação, assinada pelo o consultor jurídico-geral Gregory Maia.

Ao julgar procedente o pedido, o presidente do STF destacou que a decisão impugnada está em desconformidade com a jurisprudência da Suprema Corte. O ministro desta-

cou que o STF já assentou entendimento de que os tribunais de contas possuem competência constitucional para determinar medidas cautelares, inclusive a indisponibilidade de bens.

Fux destacou que as medidas cautelares são necessárias à garantia da efetividade das decisões do Tribunal de Contas e ajudam a prevenir graves lesões ao erário, que são flagradas nos processos de fiscalização.

"Haja vista a jurisprudência deste Supremo Tribunal Federal e a finalidade das medidas cautelares previstas na legislação local impugnada, vislumbra-se que a manutenção da decisão impugnada pode causar grave lesão à ordem e à

economia públicas, obstaculizando a atuação preventiva do Tribunal de Contas do Mato Grosso de resguardo e eventual reparação de danos ao erário", argumentou Fux.

A ação direta de inconstitucionalidade foi ajuizada em face de dispositivos da constituição estadual, da lei orgânica e regimento interno do TCE-MT e do regimento interno do Ministério Público junto à Corte de Contas. Em sede liminar, havia sido suspensa pelo TJMT a possibilidade de expedição de medidas cautelares pelo tribunal de contas, em especial a decretação de indisponibilidade de bens e o afastamento temporário de servidores.

## AJUDA EMERGENCIAL

Com custo estimado em R\$ 45 milhões, programa prevê pagamento de R\$ 150 para ajudar na compra de alimentos durante três meses

## Auxílio atenderá 100 mil famílias

Jana Pessoa/Secom-MT



## Da redação

O governador Mauro Mendes (DEM) anunciou na tarde da última terça-feira (16) o pagamento de um auxílio emergencial para as pessoas em situação de extrema pobreza, no valor de R\$ 150. O programa deverá atender cerca de 100 mil famílias.

A previsão inicial é que o auxílio seja pago por três meses, por meio de cartões magnéticos. O valor só poderá ser usado na compra de alimentos. As pessoas que receberão o auxílio foram selecionadas por meio do CadÚnico, cadastro do governo federal que também foi utilizado para pagar o auxílio emergencial. Segundo o governo, as famílias beneficiadas têm renda média per capita de R\$ 89.

Conforme dados apresentados pelo governador, existem hoje 381 mil pessoas em situação de extrema pobre-



Além do auxílio emergencial, governo manterá distribuição de cestas básicas e outras ações sociais

za em Mato Grosso, que fazem parte de 132 mil famílias. Destas, 100 mil serão atendidas pelo Ser Família Emergencial. As outras 32 mil famílias que ficaram de fora do auxílio emergencial receberão o valor pelo cartão Ser Família, programa social já existente.

Ao anunciar o auxílio, Mauro destacou que o papel do Estado é olhar

para os mais necessitados e cobrar impostos dos ricos para auxiliar os mais pobres, promovendo a transferência de renda e a igualdade social.

“Esse programa que estamos lançando hoje aqui foi um pedido de muita gente, mas foi um pedido especial, daquele dia que você falou comigo lá na casa da dona Daiana, na periferia da

Baixada Cuiabana, e você disse que precisaríamos fazer algo muito maior do que já existe. Tem muita gente que já está perdendo a vida e tem muita gente perdendo as condições de viver pela falta de trabalho”, disse o governador, direcionando-se à primeira-dama Virgínia Mendes, idealizadora do projeto.

Para financiar o projeto, o governo destinará com R\$ 35 milhões de seus recursos próprios do Estado. A Assembleia Legislativa irá aportar mais R\$ 10 milhões.

O projeto será encaminhado para aprovação na Assembleia, em regime de urgência. Os deputados se reúnem nesta quarta-feira (17) para debater a matéria.

## RUSSI: programa será modelo

O presidente da Assembleia Legislativa, Max Russi (PSB), disse acreditar que o programa ‘Ser Família Emergencial’ será exemplo para o restante do país, pelo apoio que dará a 100 mil famílias mato-grossenses que estão abaixo da linha da pobreza.

Max citou que existe no Paraná (PR), há sete anos, um programa chamado ‘Família Paranaense’, que é um dos mais premiados do país, com reconhecimento internacional. Apesar disso, ele avalia que a renda emergencial de Mato Grosso vai superá-lo.

“Para muitos, esse valor pode representar um almoço em restaurante de Cuiabá. Talvez é uma despesa que pode não significar muito, mas para essas famílias, elas terão um cartão para ir ao mercado comprar a qualquer dia do mês aquilo que elas acham importante. Ela vai ter condição de passar no mercado durante o mês e gastar os R\$ 150 naquilo que é a sua necessidade”, disse.

Russi destacou que o programa representa uma mudança de tom na política estadual. Ele ressaltou que o governo já vinha fazendo grandes investimentos em infraestrutura, mas agora faz um esforço adicional para ampliar as ações de assistência social durante a pandemia.

## R\$ 100 MILHÕES

## Pacote emergencial passa fácil

## Gabriel Soares

A Assembleia Legislativa de Mato Grosso aprovou na última quarta-feira (17) um pacote de medidas do governo que buscam aliviar a crise econômica e sanitária causada pelo novo coronavírus em Mato Grosso. Tramitando em regime de urgência, os projetos foram aprovados em primeira votação e devem voltar a ser debatidos na próxima semana, quando está prevista a votação final.

O principal projeto do pacote encaminhado pelo governo é o que prevê o pagamento do auxílio emergencial de R\$ 150

ao mês para cerca de 100 mil famílias em situação de extrema pobreza. A matéria foi aprovada sem muito debate pelos parlamentares, já que a Assembleia esteve envolvida na construção do programa e irá colaborar com R\$ 10 milhões para seu custeio. Outros R\$ 35 milhões serão investidos pelo governo do Estado, com recursos próprios.

Outra medida aprovada é o projeto de lei que autoriza o governo a conceder R\$ 55 milhões em linhas de crédito para aliviar a crise do setor de bares, restaurantes e eventos. Esse grupo de empresas é considerado um dos mais afetados

pelos medidas restritivas, já que seu faturamento depende diretamente da aglomeração de pessoas. A Assembleia também irá destinar R\$ 10 milhões de seu duodécimo para o custeio dessa medida.

“São dois projetos sociais importantíssimos que a Assembleia Legislativa está participando de forma direta, primeiro com a aprovação ágil em primeira votação. [...] Esse trabalho é fruto dos 24 deputados que com a sua economia conseguiram esse objetivo”, destacou o presidente da ALMT, Max Russi (PSB), pontuando as contribuições da Casa para o custeio das medidas emergenciais.

**ENERGIA** – Na mesma sessão, os deputados também aprovaram o projeto de lei nº 160/2021, mais uma iniciativa que busca proibir o corte do fornecimento de energia elétrica em Mato Grosso. É a terceira matéria com o mesmo objetivo que tramita na Assembleia, e a única que conseguiu chegar à análise no plenário.

O projeto estipula que a concessionária Energisa fica impedida de suspender, por 90 dias, o fornecimento de energia elétrica para os consumidores que tiverem inadimplentes. A matéria também tramita em regime de urgência e deve voltar à pauta da Casa na próxima semana.



Russi destacou a contribuição da Assembleia, com R\$ 20 milhões, para custear o pacote emergencial do governo

## SITUAÇÃO GRAVE

## Governo prorroga toque de recolher até abril

## Da redação

O governo anunciou nesta terça-feira (16) a prorrogação das medidas restritivas impostas para conter o avanço da covid-19 em Mato Grosso. A decisão foi publicada no Diário Oficial da última terça-feira (16), mantendo o toque de recolher até o dia 4 de abril.

Segundo o governador Mauro Mendes (DEM), a prorrogação foi necessária porque o estado ainda registra um alto índice de contaminação e de ocupação dos leitos UTIs. Segundo dados da Secretaria de Es-

tado de Saúde (SES), havia 80 pessoas na fila de espera por um leito de UTI na tarde desta terça.

“Precisamos conter a circulação do vírus, é uma questão de salvar vidas. O governo está fazendo tudo que está ao seu alcance para abrir mais leitos de UTIs, um esforço de todos os servidores, porque precisamos oferecer tratamento para quem necessita. Mas, se não houver colaboração de cada um para usar máscara e não aglomerar, não teremos condições para atender a todos. E isso é o que nos preocupa neste momento”, destacou.

Líder do governo na Assembleia Legislativa, o deputado Dilmar Dal’Bosco (DEM) defendeu a decisão do governador. De acordo com o parlamentar, um decreto desse tipo só causa efeito na pandemia com longo prazo. Por isso, ainda não foi possível perceber uma redução significativa no número de casos. Nesta segunda-feira (15), Mato Grosso bateu o recorde de pessoas mortas em 24 horas, chegando a 86 vítimas da covid-19.

“Não é vontade do governador fazer um decreto mais radical,

que feche tudo, mas é preciso prorrogar o decreto, pois os casos não diminuiram”, disse Dil-

mar, em entrevista ao Estadão Mato Grosso.

A base governista já está alinhada com

o governador na tomada dessa decisão e apoia a prorrogação do decreto.

## CONFIRA AS REGRAS

Com a prorrogação do decreto, o comércio só poderá funcionar de segunda a sexta-feira das 5h às 19h. Aos sábados e domingos somente até o meio-dia. A exceção fica por conta das farmácias, imprensa, serviços de saúde, funerárias, postos de gasolina (exceto conveniências), indústrias, transporte de alimentos

e grãos, e serviços de manutenção de atividades essenciais, como água, energia e telefone que poderão funcionar normalmente.

Os restaurantes poderão atuar aos sábados e domingos até as 14h e os supermercados funcionam aos sábados até as 19h e domingo somente até o meio-dia.

Editado recentemente pelo governador, fica autorizado o funcionamento de restaurantes e congêneres nas modalidades take-away e drive-thru somente até às 20h45min e entrega de delivery seguem autorizadas até às 23h.

Já o toque de recolher continuará valendo das 21h às 05h.

## MT CONTRA A COVID

Cuiabá já aplicou 88% das doses recebidas, enquanto outros municípios não aplicaram nem 60%. Secretário prestará esclarecimentos

## Vacinação está abaixo da média



## Da redação

Mato Grosso é um dos estados que está abaixo da média nacional quando se fala em taxa de vacinação. Os dados são do Consórcio de Veículos de Imprensa, feito a partir dos números disponibilizados pelas secretarias estaduais de saúde. Segundo dados do Ministério da Saúde, disponíveis na última quinta-feira (18), 334.360 doses foram destinadas ao Estado. O número de doses aplicadas é de 169.749. Dessas, 118.135 pessoas vacinadas com a primeira dose e 51.614 já receberam a segunda dose.

Para Ana Paula Muraro, professora da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), existem alguns fatores que contribuem para que o estado tenha essa posição negativa no ranking nacional. Entre elas, a demora no repasse das doses recebidas e também o atraso da vacinação a nível municipal. A professora, que tem acompanhado os dados disponibilizados no site do Ministério da Saúde, relata que existem municípios que não aplicaram nem 60% das doses recebidas.

“Esse atraso da aplicação a nível municipal é um dos pontos-chaves”, afirma a professora do Instituto de Saúde Co-

letiva (ISC), ao destacar que deveria existir uma organização maior junto ao estado, para que o processo em cada município fosse otimizado.

“Enquanto Cuiabá tem 88% das doses recebidas aplicadas, até quarta-feira (17) quando olhei o painel, temos municípios como Várzea Grande, onde esse percentual está bem abaixo”, aponta ao destacar que não sabe se o registro de cada estado/município está sendo atualizado rapidamente, mas que há sim morosidade na vacinação dos habitantes, conforme as doses recebidas que foram registradas.

Com o atual cenário, a professora destaca que é difícil fazer uma estimativa sobre em quanto tempo toda a população do estado poderia ser vacinada, porque diversos fatores influenciam, mas que existem estudos que apontam para três a quatro anos. No entanto, Ana Paula aponta que, caso haja a aquisição de outros imunizantes, além da Coronavac e AstraZeneca, isso aceleraria a vacinação e todo cenário mudaria.

“Se todas as pessoas do grupo prioritário de Mato Grosso fossem vacinadas, já teríamos um grande impacto, tanto nos números de óbitos, quanto nas internações de casos de covid-19”, pontuou Ana Paula. De acordo com ela, de um milhão e setecentos mil pessoas que estão nos grupos prioritários, que receberam as duas doses, nem 55 mil foram vacinadas. “São 54 mil pessoas que receberam as duas doses. É muito pouco ainda dentro

dos grupos prioritários” acrescenta.

Para otimizar a vacinação no estado, a professora aponta que seria preciso uma melhor ação coordenada entre os níveis federal, estadual e municipal, bem como a aquisição de vacinas por meio de consórcios e sem, necessariamente, a dependência do Ministério da Saúde. “A organização dos governos estaduais para compra de imunizantes de forma direta pode ser uma ótima alternativa para acelerar a imunização da população” conclui.

De acordo com a Secretaria de Estado de Saúde (SES), compete ao Estado apenas repassar as vacinas recebidas do Governo Federal para os municípios. A estratégia de aplicação é uma competência de cada Prefeitura.

**ESCLARECIMENTOS** - O estado possui 281.852 casos confirmados pela covid-19 e 6.633 óbitos em decorrência da doença. Diante



Mato Grosso já recebeu 334.360 doses da vacina contra a covid-19, mas até o momento apenas 169.749 foram aplicadas

deste cenário, a Assembleia Legislativa de Mato Grosso (ALMT) aprovou nesta quarta-feira (17), uma convocação para que o secretário de Estado de Saúde, Gilberto Figueiredo, possa informar sobre a pandemia de covid-19 e o anda-

mento da vacinação em Mato Grosso. O secretário deverá prestar estes esclarecimentos ainda em março.

O pedido foi feito pelo deputado estadual Lúcio Cabral (PT), que se vê preocupado diante dos atuais números da

pandemia no estado. Ele observou que, com a vacinação a passos muito lentos, com apenas 1,5% da população mato-grossense tendo recebido a segunda dose, há risco de surgirem novas variantes genéticas do coronavírus.

## Apesar dos alertas, o caos chegou

## Da redação

Oito meses haviam se passado desde o início da pandemia em Mato Grosso. As pessoas começaram a relaxar, com a impressão de que o pior já havia ficado para trás. Comércios reabertos e a rotina retomada, apesar de aproximadamente 20 pessoas morrerem todos os dias em decorrência da doença.

Em meados de outubro e novembro, o Estado Mato Grosso já começava a alertar sobre

a chegada da segunda onda de contágios, devido ao relaxamento da população e às aglomerações causadas pelas eleições municipais nos quatro cantos do estado.

Logo vieram as festas de final de ano e a população continuou a fazer ouvidos moucos aos alertas, mas os sinais de que o caos estava se aproximando eram claros. O Centro de Triagem da Arena Pantanal operava em sua capacidade máxima, mas ainda era in-

capaz de atender toda a demanda.

Novo ano, velhos problemas. 2021 começou com sinais bastante claros de que a pandemia estava fora de controle. O índice de contágios disparou e Mato Grosso passou a bater recordes de registros diários de novos casos. Aos poucos os leitos de UTI foram se esgotando, mas a população continuava cética às medidas de biossegurança.

Completamos um ano de pandemia com

um cenário de catástrofe. Os dados trazidos pelo boletim epidemiológico desta quinta-feira (18) apontam 3.417 novos casos de covid-19 e 67 óbitos. Foi o quarto dia seguido com mais de 60 mortos pela doença.

Tanto na rede pública quando na privada, ambulâncias fazem fila para deixar pacientes em estado grave. Do outro lado, carros funerários se acumulam para a retirada de corpos.

## COVID-19

## Durante pandemia Moradores de rua recebem ajuda

## Da redação

Apenas na capital mato-grossense, pelo menos 200 a 220 pessoas vivem em situação de rua, de acordo com dados da Secretaria de Assistência Social, Direitos Humanos e da Pessoa com Deficiência, da Prefeitura de Cuiabá. Diante de um novo decreto com ações restritivas circulando por Mato Grosso, uma pergunta que pode passar pela cabeça de muitos é o que ocorre com a população que está em situação de rua.

Essas pessoas são assistidas pela prefeitura que, por meio da Secretaria de Assistência Social, desenvolve ações específicas destinadas ao atendimento à população em situação de rua no enfrentamento a pandemia do coronavírus. Desde março do ano passado, estão sendo entregues aproximadamente 450 marmitas por dia nos principais pontos de concentração deste público, e também no aterro sanitário.

A prefeitura também disponibiliza atendimento médico por meio do Consultório na Rua. Composto por uma



Cuiabá tem pelo menos de 200 a 220 pessoas vivendo em situação de rua, que durante a pandemia tem recebido comida, abrigo e assistência médica

equipe multidisciplinar, o consultório atende de segunda a sexta-feira. De quinze em quinze dias ele está em todos os albergues municipais, nos períodos da tarde ou da noite. Também atende uma vez por semana em pontos estratégicos da cidade, como as praças da região central, Morro da Luz, Beco do Candeeiro, Jardim Leblon. E toda terça e quinta, no período da tarde, atende

no Hotel Albergue, que fica no Hotel Mato Grosso, na Comandante Costa, Centro.

Quem também tem um trabalho voltado para as pessoas em situação de vulnerabilidade social é a Comunidade de Almas Missionários (CAM). Criada em 2013 para atender famílias do Parque Geórgia, o projeto engatou uma nova linha de trabalho em abril de 2020: marmitas para

a população em situação de rua.

Luís Cezar Dorileo, diretor-geral da CAM, relata que eles possuem uma loja de artigos religiosos no centro de Cuiabá e perceberam que, quando começou a pandemia, o número de pedintes na região também aumentou. Com uma cozinha industrial já montada e equipada no bairro Parque Geórgia, em função dos projetos

da CAM, eles perceberam um novo propósito e foram atrás de doações para darem início à nova empreitada.

A então campanha Nós Podemos e Vamos Ajudar virou uma ação permanente do grupo, que entrega de 100 a 150 marmitas no horário de almoço, três vezes na semana. Luís conta que as entregas ocorrem nas praças centrais, no Beco do Candeeiro, viaduto do shopping Três Américas e também possuem uma rota que passa pela Avenida Miguel Sutil. Mas as entregas começam bem antes de chegar a estes pontos específicos, uma vez que a instrução é entregar também para as famílias que se encontram nos diferentes sinaleiros da capital, em especial as de venezuelanos.

“A gente tem sentido dificuldade para arrecadar o que precisa, a pandemia está agravada, mas a crise econômica também”, conta o missionário ao explicar que a CAM não tem renda própria e depende de doações. Além deste trabalho desenvolvido com as famílias do Parque Geórgia e com os mo-

radore em situação de rua, o projeto também confeccionou máscaras ano passado – mais de 15 mil – que foram entregues para pessoas de baixa renda e moradores de rua.

Além das ações que possibilitam a entrega de comida, Cuiabá conta com três albergues municipais: Albergue da Guia, do Porto e o Manoel Miraglia, que possuem capacidade para 50 pessoas cada. E também o Hotel Albergue, que foi criado ano passado e possui capacidade para 120 pessoas. Atualmente o Hotel Albergue abriga, em média, 80 pessoas por dia. Já os municipais, recebem, em média, de 30 a 40 pessoas por dia.

As equipes dos Centros de Referência Especializado de Assistência Social (Creas) realizam ações de forma contínua, explicando o trabalho dos albergues e realizando convites, mas nem todos em situação de rua aceitam essa oferta. Nesses casos, cabe às instituições apenas realizar o convite, mas ir ou ficar é uma decisão que cabe exclusivamente ao morador que vive em situação de rua.

**IMPACTO NA RENDA**

A política de preços dos combustíveis é questionada por empresas do setor, que propõem simplificação tributária para conter reajustes

# Preço do gás aumenta R\$ 7,50

Pedro Ventura/ Agência Brasília

**Da redação**

O botijão de gás de 13kg, o gás de cozinha, ficou cerca de R\$ 7,50 mais caro para as famílias mato-grossenses neste ano. Os frequentes reajustes de preços do gás liquefeito (GLP) realizados pela Petrobras têm movimentado a cadeia do combustível para que ocorra mudanças no sistema de composição dos preços. Em Mato Grosso, o valor de venda do gás de cozinha tem variação entre R\$ 90 e R\$ 130, dependendo da região.

O último anúncio da Petrobras referente ao aumento do preço do gás liquefeito de petróleo ocorreu no último dia 1º do mês. O reajuste ficou em 5,2%, o que elevou os preços nas distribuidoras, nas revendas e no bolso do consumidor.

“Estamos tendo grandes dificuldades para repassar esses valores, a Petrobras está elevando os valores de forma muito acelerada. Além disso, também sofremos o impacto do aumento do diesel, que já é

de 41%, só neste começo do ano. Com isso, até agora já tivemos R\$ 7,50 de aumento do gás de cozinha neste primeiro trimestre do ano”, explica Humberto Butaca, proprietário da distribuidora Chamagás, no estado.

Além dos repasses feitos entre os segmentos da cadeia do combustível, a cobrança de impostos é o fator que os participantes do setor mais questionam, em especial o tributo estadual: o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). “Acaba sendo uma cobrança de imposto sobre imposto”, resume o empresário.

A precificação do gás de cozinha e demais combustíveis ocorre em sequência de etapas, que retroalimenta a alta dos preços. Derivado do petróleo e de consumo mais popular, na formatação do preço do GLP incidem o preço praticado pela Petrobras na venda para as distribuidoras – que inclui o valor do produto mais os tributos estaduais e federal –, além de uma complexa conta feita pelas secretarias de Fazenda de cada Estado.

“O Bolsonaro retirou o desconto do Pis e Cofins do GLP, mas, no mesmo dia 1º de [março], a Petrobras anunciou o aumento igual ao que seria reduzido. No fim das contas, ficamos no zero a zero. O que aconteceu foi que a reti-

rada do imposto segurou mais um aumento do gás no mercado”, detalha Humberto.

O empresário do setor defende que, para que uma redução aconteça, é necessário mudar o sistema atual de preços. “Para ter algum impacto, tem que alterar o sistema de cobrança do ICMS, o imposto estadual. Hoje, aqui em Mato Grosso, é cobrada uma alíquota de 12% estadual sobre uma pauta de quase R\$ 100”, aponta Humberto.

A mudança referida pelo empresário está relacionada ao preço médio ponderado ao consumidor final (PMPF), que serve de base de cálculo para se chegar ao valor do ICMS que será cobrado. Essa base é revisada a cada 15 dias pelas secretarias de Fazenda estaduais. Cada estado faz pesquisa de preços nas revendas e distribuidoras e informa a base para o Comitê Nacional de Política Fazendária (Confaz).

Nesse sistema, o ICMS é cobrado sobre o preço do combustível já embutido os impostos, custos e margem de lucro, e não sobre o valor que sai das refinarias.

“Por causa dessa dinâmica, o preço do botijão de gás na Baixada Cuiabana varia entre R\$ 90,00 e R\$ 110,00. Já para o interior do estado, o custo do transporte leva os valores entre R\$ 100,00 a R\$ 130,00”, informou Humberto.



O preço do botijão de gás na Baixada Cuiabana varia entre R\$ 90,00 e R\$ 110,00. No interior, o frete pode elevar o preço para R\$ 130,00

**2ª SAFRA**

## Clima ameaça a produtividade

**Da redação**

Quase 30% do plantio da segunda safra de milho em Mato Grosso está sob risco de perda. Produtores já calculam uma queda de até um quarto de produtividade dos grãos semeados fora da janela favorável, entre o início de janeiro e o fim de fevereiro. Até o dia 12 de março, o plantio alcançou 88,32% das áreas destinadas ao cultivo no estado. O resultado revela um atraso de 9,17 p.p. em relação à média dos últimos cinco anos e de 11,33 p.p. ante a safra 19/20. Os dados são do Instituto Mato-grossense de Economia Agropecuária (Imea).

Na última semana a semeadura de milho no estado registrou um salto de 15,30 p.p. ante a semana anterior e conseguiu atingir 88,32% das áreas previstas. Entretanto, os grãos que foram plantados em março podem resultar em prejuízos aos produtores.

“O impacto é na produtividade. Estamos acompanhando o restante dessa semeadura, que não finalizou na janela ideal – até o fim de fevereiro. Então, tudo que for semeado depois desse período, o risco climático aumenta por conta de faltar tempo de desenvolvimento junto as chuvas no estado”, explica Cleiton Gauer, analista do Imea.

A temporada do milho iniciou com atrasos devido às irregularidades climáticas, que causam

prejuízos desde o plantio da primeira safra de soja, no ano passado. Na metade deste mês de março, os sojicultores ainda faziam a colheita da soja, que até o dia 12 tinha alcançado 80,16% do total das áreas mato-grossenses. Ela continua atrasada em 16,70 p.p. em relação à safra passada.

O plantio tornou-se arriscado para os agricultores quando os trabalhos nos campos estavam com apenas 73,03% da colheita concluída, por volta do dia 5 de março. Até o último dia 12, a primeira fase da safra 2020/21 do milho atingia os 88,32% de áreas cultivadas, um desempenho de 24,95 p.p. atrás da safra anterior, quando a semeadura era de 97,98%.

Com o fim da janela favorável para a cultura,

os produtores que ainda estavam com as sementes estocadas precisaram refazer os cálculos para mitigar as perdas na margem do lucro. “Ficaram divididos entre: não semear as áreas totais planejadas – visto que a janela se encontra aproximadamente 30% em atraso – ou a possibilidade de “arriscar” o plantio, em razão dos altos patamares de preços praticados pelo cereal”, destacou o Imea.

Passada a 1ª quinzena de março, quem decidiu arriscar ainda enfrenta problemas dentro das lavouras. A chuva, fundamental para a germinação das sementes, compromete os trabalhos das máquinas. Para concluir esta fase, o plantio nos campos ocorre dia e noite, quando a chuva dá tréguas.

Cleiverson Beje/FAEP



A temporada 2020/21 do milho iniciou com atrasos devido às irregularidades climáticas que causa prejuízos desde o plantio da soja



Gilberto Leite

Ao comprar o pescado, bastante consumido na páscoa, o consumidor deve se atentar ao peso líquido informado na embalagem

**VENDAS DE PÁSCOA**

## Dicas ajudam consumidor no momento da compra

**Da redação**

Com a aproximação do período da Semana Santa e Páscoa, durante a semana em que é comemorado mundialmente o Dia do Consumidor, dicas podem ajudar clientes e assegurar seus direitos. Foi pensando nisso que o Instituto de Pesos e Medidas de Mato Grosso (Ipem - MT) preparou algumas informações importantes.

Bento Bezerra, presidente do Ipem-MT, lembra que nessa época, além dos chocolates, o peixe também tem alta na procura e é importante que o consumidor se atente ao peso líquido informado na emba-

gem, no caso do produto pré-embalado.

“Se o bacalhau estiver com 600 gramas na embalagem, ao colocar na balança deve ter mais que o informado, já que não se deve considerar o peso da embalagem nem a camada de glaciamento”, informa.

Posteriormente, caso o consumidor queira dar uma olhada pelos ovos de Páscoa e chocolates em geral, é necessário se atentar a detalhes como: a idade recomendável para consumo, se apresenta o selo do Inmetro e também o peso líquido na embalagem.

“No caso, assim como o peixe, o ovo deve apresentar um peso maior que o informado, já que

também apresenta embalagem, e muitas vezes, brindes, como brinquedos ou chocolates”. Os recheios dos ovos caseiros, conhecidos como “ovos de colher”, por outro lado, fazem parte do peso líquido do ovo. “Não devemos nos orientar pela numeração dos ovos, já que uma numeração maior não quer dizer necessariamente mais chocolate”.

Mais adiante, ao comprar o chocolate, o consumidor deve prestar atenção aos barbantes, grampos e outras embalagens, se for dado a uma criança, pois podem ocasionar danos como sufocamento e engasgamento.

(Com assessoria)

**MILHO SEGUE EM VALORIZAÇÃO**

Apesar das dificuldades registradas nesta segunda safra, o cenário aponta melhores retornos financeiros aos agricultores nas negociações do cereal. Segundo o instituto mato-grossense, a valorização do milho reflete fatores como: as incertezas criadas pelo fator climático; os atrasos na colheita e na semeadura dos países latino-americanos; e aumento das estimativas de produção, pela Conab, no Brasil.

No caso do dólar, por exemplo, a moeda americana teve alta de 4,43% entre 1º de julho de 2020 a 12 março de 2021.

“É comum em Mato Grosso a elevação dos preços no período de entressafra do milho, devido à menor disponibilidade de grãos

para o comércio. Assim, foi observado que as cotações disponíveis no estado aumentaram 115,49% desde o início da safra 19/20 (01 de julho de 2020), e atingiram na última sexta-feira R\$ 68,87/sc”, avalia o Imea.

Já para o milho desta temporada (20/21), os preços também atingiram altos patamares, chegando a uma média de R\$ 58,64/sc. “Desse modo, os agricultores do estado têm um incentivo a mais para fechar negócios para a safra futura, entretanto, devido às incertezas na semeadura, que se encontra como uma das mais atrasadas da história, a tendência é que as negociações não movam grandes volumes até a definição da safra”, pondera o instituto de pesquisa.

## QUESTÕES DIFÍCEIS

Sabendo que o projeto da ferrovia tinha 'armadilhas jurídicas', governo reservou R\$ 2,2 bilhões para contingência, uma manobra inédita

# Risco da Ferrogrão era conhecido

Ricardo Botelho/MInfra



## Da redação

O risco jurídico para implementação da Ferrogrão já era conhecido pelo governo federal. Tanto que, em dezembro do ano passado, o Ministério da Infraestrutura decidiu destinar R\$ 2,2 bilhões de outorgas antecipadas da Vale para bancar os 'riscos não-gerenciáveis' da Ferrogrão. A decisão é inédita nos projetos de infraestrutura brasileiros e tinha como objetivo acalmar os investidores internacionais, que também já sabiam das dores de cabeça que estavam por vir.

A suspensão de todos os processos para construção da Ferrogrão, ferrovia que ligará a região Norte de Mato Grosso aos portos do Pará, caiu como uma bomba para a classe produtiva. A determinação do ministro

Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), evidencia os graves problemas que precisarão ser superados para concretizar esse projeto, já que ele mexe com duas áreas muito sensíveis na legislação brasileira: a indígena e a ambiental.

Economistas e políticos ouvidos pelo Estado Mato Grosso são unânimes em garantir que a ferrovia vai sair do papel, pois há interesse estratégico da União em criar um canal logístico com saída pelo Arco Norte e grandes investidores interessados em realizar a obra. Por isso, a decisão do STF apenas antecipou um debate que já era necessário e que poderia tornar o processo mais arriscado lá na frente. Ou seja, abre uma margem para resolver a insegurança jurídica que permeia todo o projeto.

"Ao invés de derrubar a liminar, é preciso fazer as audiências públicas, levar para debate as questões ambientais e indígenas, senão não avança. [...] A ANTT, antes de lançar o edital de concessão, é obrigada a fazer essas audiências públicas. Ela obrigatoriamente teria que acon-

tecer. O problema só foi antecipado. Então, eu vejo que antes de ir para um embate jurídico, o ideal é ir pelo caminho das audiências públicas para contornar o problema", avalia o economista Vivaldo Lopes.

A construção da Ferrogrão requer um investimento inicial muito alto, estimado em R\$ 8,4 bilhões, valor que ainda deve aumentar até a sua concretização. Esse investimento virá da iniciativa privada, que não vê com bons olhos as questões jurídicas envolvendo cifras tão elevadas. Seguir pelo 'caminho das pedras', com a realização das audiências públicas, garantiria a segurança necessária ao projeto.

Durante seu governo, o ex-presidente Michel Temer (MDB) tentou 'dar um jeitinho' para contornar a burocracia e alterou o traçado do Parque Nacional do Jamanxim, excluindo uma área de 862 hectares para a construção da ferrovia, por meio de uma medida provisória - o que é inconstitucional. A MP foi convertida em lei, que acabou sendo invalidada no começo desta semana pelo STF.



Sabendo dos problemas do projeto, Tarcísio Freitas destinou R\$ 2,2 bilhões para 'riscos não-gerenciáveis'

## Indígenas queriam diálogo, mas governo recusou

## Da redação

O 'tropeço' da vez é resultado de uma falha na condução dos projetos da Ferrogrão por parte do governo federal. Desde 2017 as lideranças indígenas locais têm

procurado os representantes do governo para promover os debates necessários sobre o traçado da ferrovia e a situação ambiental. Em dezembro daquele ano, o governo federal havia se comprometido a seguir as normas interna-

cionais e fazer as consultas prévias necessárias.

Acontece que nos três anos que se seguiram, as audiências não foram realizadas. Em paralelo, o governo decidiu fazer o projeto da Ferrogrão a 'toque de caixa',

anunciando que já iria fazer o leilão no segundo trimestre deste ano. Isso acabou provocando reação das lideranças indígenas e do Ministério Público Federal (MPF), que pediu a suspensão dos processos da ferrovia em outubro de 2020.

"Se o governo continuar insistindo em um processo que não haja a discussão com a sociedade, não haja o trâmite dentro dos parâmetros exigidos, cada vez mais nós teremos notícias como essas. Se gera uma expectativa a curto e médio prazo, que mais na frente vai frustrar a sociedade. É um processo lento [a Ferrogrão]. Não por Mato Grosso, mas pelo Pará, que tem as questões ambientais, de relevo e outros impactos. São realidades que com certeza aumentam o risco para o investidor", destaca Francisco Vuolo, coordenador do Fórum Pró-Ferrovia em Cuiabá.

Segundo o MPF, o planejamento para a construção da Ferrogrão descon sidera totalmente os impactos sobre os indígenas, que já foram

detectados desde os primeiros levantamentos, e viola direitos reconhecidos nacional e internacionalmente desses povos. Ao omitir essas informações e impedir a participação dos indígenas, o governo pode provocar um subdimensionamento dos custos socioambientais do projeto, escondendo os riscos dos investidores.

"Esse problema já deveria estar no radar dos idealizadores da ferrovia. É bom lembrar que a lei de 2017 contornou isso, dizendo que no trecho que ela vai passar ficava descaracterizado esses aspectos ambientais, o que gerou reações de partidos e do MPF", pontuou o economista Vivaldo Lopes.

Os levantamentos citados pelo MPF apontam para impactos nas terras do povo Mundurucu nas regiões do médio e Alto Tapajós; sobre as terras dos povos Panará, Kayapó e Kayapó Mekrag-notire, no sudoeste do Pará; e seis terras indígenas em Mato Grosso, incluindo áreas de povos isolados e o Parque Indígena do Xingu.



Christiano Antonucci/Secom-MT

Indígenas buscam diálogo com o governo desde 2017, mas audiências nunca foram realizadas

## PRORROGAÇÃO DO DECRETO

# Setor de alimentação fora do lar pede socorro em MT

## Da redação

Na última semana, membros da diretoria da Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (Abrasel MT) participaram de diversas reuniões com a Comissão de Indústria e Comércio da Assembleia Legislativa de Mato Grosso (ALMT), coordenada pelo Deputado Carlos Avalone, com o Secretário-chefe da Casa Civil Mauro Carvalho, o Secretário César Miranda e o presidente

da Desenvolve MT, Jair de Oliveira Marques.

O objetivo principal desses encontros foi levar questões quanto à fragilidade do segmento, para que o próximo decreto pudesse ser construído com o entendimento das particularidades do setor. "É com surpresa que recebemos o anúncio da prorrogação do Decreto Estadual vigente por mais vinte dias", declara a presidente da associação, Lorenna Bezerra.

Bezerra afirma que a associação apoia as restrições e é contra aglomerações e festas clandestinas, mas reforça que não se pode fazer um mini-lockdown apenas para um grupo de empresários. "São aproximadamente 55 mil pessoas que estão correndo risco de perder suas fontes de renda", pontua a presidente da Abrasel.

A entidade acredita que se todos os estabelecimentos trabalharem

como restaurantes, com consumo somente sentado e respeitando todos os protocolos, com apoio de uma fiscalização rigorosa, esforços conjuntos entre governo e prefeitura, é possível evitar a proliferação da covid-19 e também a morte de milhares de empresas.

De acordo com a presidente da entidade, a restrição do horário de funcionamento dos restaurantes para até 19h não contribui para a re-

dução do aumento dos casos. "Pizzarias, hamburguerias, lanchonetes, restaurantes e congêneres foram impedidos de trabalhar por 15 dias e o número de óbitos aumentou assustadoramente."

Lorenna ainda lembra que restaurantes não causam aglomeração, mas que é preciso que a fiscalização seja mais rígida e atue de forma ostensiva, especialmente em relação aos estabelecimentos que insistem

em não cumprir regras, bem como às pessoas que promovem festas irregulares e aglomerações.

O não funcionamento dos restaurantes aos sábados e domingos já tem acarretado cortes nos empregos e fechamento de muitas operações do setor.

A entidade prevê um caos social e econômico diante da inviabilidade do segmento trabalhar nos horários estabelecidos pelo decreto estadual vigente